

11 NOV 1987

FOLHA DE SAO PAULO

# 'Cabral-2' pode criar <sup>ANC</sup> <sup>D12</sup> trem da alegria'

O substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), poderá criar um "trem da alegria" com 3.334 passageiros conhecidos — assistentes jurídicos da União, procuradores e advogados de ofício do Tribunal Marítimo e procuradores da Fazenda Nacional e autárquicos —, além de um número ainda desconhecido de advogados que já atuam junto às autarquias federais ou que venham a ser nomeados até a promulgação da nova Carta. Conforme o parágrafo 3º do artigo 14 das Disposições Transitórias do chamado "Cabral 2", todos passam a integrar, "em caráter efetivo", a carreira de procurador da União. A maioria não prestou concurso. A questão será votada no próximo dia 17. A medida vai de encontro ao parágrafo 2º do artigo 146 do texto definitivo — já aprovado pela Comissão de Sistematização —, o qual prevê que os procuradores da União ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso público de provas e títulos.

A Procuradoria Geral da União, à qual deverão ser integrados os advogados, procuradores e assistentes jurídicos que já trabalham no governo, é um órgão novo, criado pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Deverá representar judicial e extrajudicialmente a União e exercerá a função de consultoria jurídica do Poder Executivo e da administração em geral.

Atualmente, a função é exercida pela Procuradoria Geral da República, que tem 330 procuradores. Ela é, ao mesmo tempo, advogada da União e promotora pública, ou seja, participa da defesa ou da acusação em uma causa. Com a criação da Procuradoria Geral da União, a Procuradoria da República cuidará especificamente das funções de promotorias relativas ao Ministério Público Federal.

O salário dos procuradores autárquicos, da Fazenda e assistentes jurídicos é o mesmo dos procuradores da República: entre Cz\$ 80 mil e Cz\$ 110 mil. Os assistentes da União e procuradores limitam-se a prestar

consultoria. Os procuradores autárquicos assinam as ações que envolvem suas entidades públicas.

Os deputados Jose Genoino (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) querem suprimir do texto do substitutivo de Bernardo Cabral o parágrafo que cria o "trem da alegria". Os dois têm pedidos de destaque para emendas que modificam o texto. Já o deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL), autor de emenda que delimita quem são os membros da Procuradoria Geral da União e da Procuradoria Geral da República, diz que Bernardo Cabral aproveitou sua iniciativa para chegar ao que classifica de "uma situação perigosa" — o "trem da alegria" —, caso o substitutivo seja aprovado como está.

O presidente da Associação Nacional de Procuradores da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, disse temer que o "trem" passe na Comissão de Sistematização por decorso de prazo sem que as emendas de Genoino e de Brandão tenham sido apreciadas.